

vidi

economia sustentável



gcsn.network



MERCADO DE CARBONO

O bilhão verde que
pode redefinir a
economia do Brasil?

A FORÇA EMPRESARIAL NA COP30

A presidente do CEBDS, enviada especial da COP30 para o setor empresarial, **MARINA GROSSI**, expõe a importância do setor privado nas soluções climáticas e na mobilização de recursos



Uma estrutura completa
com soluções inovadoras
para quem valoriza
a eficiência financeira.

→ **Investimentos**

Plataforma de investimentos aberta e integrada com meios de pagamento, atendendo tanto pessoas físicas como investidores institucionais.

→ **Banking**

Banco de investimento dedicado a oferecer soluções financeiras personalizadas.

→ **Genial as a Service**

Plataforma de integração de empresas parceiras com os mercados de investimentos e pagamentos do Brasil.

→ **R\$ 250 bi em ativos sob custódia**

R\$ 70 bi em ativos e patrimônio sob gestão.

R\$ 190 bi em transações de IB.

Mais de 2 mi de contas abertas.

4º volume operado à vista.

4º volume de contratos futuros.



Chegou o Kia EV5.
A evolução dos elétricos.



Novo Kia EV5.
Um elétrico como você nunca viu.



Os elétricos estão mudando o mundo dos automóveis e, agora, a Kia está mudando o mundo dos elétricos. Chegou o novo Kia EV5, para redefinir o conceito de SUV elétrico no Brasil. Com tecnologia de ponta e design inovador, além da maior autonomia e o maior espaço interno da categoria, garantindo tranquilidade e conforto para sua família. Ele é a evolução que você esperava para uma experiência de direção sem igual. Entregue-se à atração irresistível do EV5.

Saiba mais em: kia.com.br/ev5

Paz no trânsito começa por você.



Conexões Estratégicas para realizar resultados transformadores

O Dominion Group é a ponte entre estratégia política, soluções personalizadas e experiências corporativas.



Conectamos inteligência governamental, soluções ambientais e produção de eventos estratégicos para impulsionar negócios e gerar impacto real.

Com uma rede de relacionamentos sólida e um histórico de entregas de alto nível, oferecemos estratégias integradas que conectam empresas, governo e sociedade, garantindo resultados consistentes em setores decisivos da economia.

Conheça o Dominion Group





03 de Novembro de 2025 - Presencial
Horário: 8h30 às 18h30
Sede da Prefeitura Municipal de Itu
(Av. Itu 400 Anos, 111 - Novo Centro, Itu - SP)

04 e 05 de Novembro de 2025 - On-line
Horário: 10h às 17h30
Transmissão via Youtube
(@tvgcsn)

O **Fórum Paulista de Desenvolvimento - FOPA**, hoje em sua sétima edição, consagra-se como um instrumento paulista que dá a sociedade civil uma visibilidade ampla, detalhada e clara do percurso das atividades de governança do Estado de São Paulo. Reiterando, com base nas informações oficiais do PDE - Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado, os projetos, atividades econômicas e sociais; obras em andamento e demandas do mercado; relacionamento internacional e de investimentos, dentre outros. Fomenta debates da parte privada no contexto dos temas apresentados pelos secretários de Estado.

“Essa é a agenda positiva: estimular o empreendedorismo, o desenvolvimento e a geração de emprego. Tudo o que o Brasil precisa”.

Geraldo Alckmin, Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços



ORGANIZADORES GCSM



Agostinho Turbian
Presidente do GCSM



Tathiana Hardt Souto Turbian
Presidente do GCSM Mulher | CEO do Grupo Innsbruck | Diretora Geral do 7º FOPA



Arnaldo Wald Filho
Presidente do Conselho Editorial Economy & Law



Thais Tamborelli
Diretora Executiva de Eventos | Coordenadora Geral do 7º FOPA



Herculano Passos
Prefeito de Itu

ANFITRIÃO

CONVIDADOS CONFIRMADOS



Adilson Pereira



Anderson Pomini



Arnaldo Jardim



Augusto Aras



Bernardo Bicalho



Emerson Drague



Fred Guidoni



Geraldo Alckmin



Gilberto Kassab



Gilmar Souza



Guilherme Derrite



Hugo Cilo



João Carlos Pestana Ramos



José Renato Nalini



Juliana Passos



Luís Fernando Boni



Marcos Antonio Pereira



Marcello Airoidi



Marcelo Kanitz Damasceno



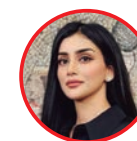
Marcos Vinholi



Marilene Mariottoni



Michel Temer



Nilofar Ayoubi



Orlando Morando



Orlando de Souza



Patrícia Daunt



Patrícia Iglecias



Paulo Gala



Regina Nunes



Renato Pacheco Neto



Dr Ricardo Calegari



Rita Passos



Roberto de Lucena



Rodrigo Ventre



Tânia Bonilha



Tirso Meirelles



Toni Sando



Vinicius Saudino



Virgilio Carvalho



Wilson Poit

Consulte a programação completa no site gcsn.network/fopa2025.html





Best Ocupacional:

cuidando da sua equipe, **protegendo seu projeto**

Com mais de 20 anos de experiência, somos fornecedores oficiais dos maiores eventos do país como **Rock in Rio, The Town, Lollapalooza e Rio Carnaval**. Oferecemos um suporte completo em saúde ocupacional e segurança do trabalho.

Cobertura em
todo o Brasil

Mais de 3.000
clientes atendidos

Equipe comprometida
e treinada

Atendimento personalizado
para cada projeto



- ▶ Exames admissionais e periódicos
- ▶ Gestão de programas como PCMSO e PGR
- ▶ Planejamento e execução de segurança em campo

FacilityDoc:

A Burocracia Fica Por Nossa Conta

Desde 2004, a FacilityDoc é referência em simplificar e agilizar processos burocráticos, cuidando do licenciamento e legalização de projetos e eventos. Mais do que uma solução em documentação, somos um parceiro estratégico que transforma a complexidade das normas e regulamentações em **confiança e tranquilidade** para nossos clientes.

Estamos alinhados às normas ESG, com um olhar atento para governança e metas socioambientais. Conosco você não apenas resolve burocracias, mas também contribui para práticas mais responsáveis e sustentáveis.

POR QUE ESCOLHER O GRUPO FACILITY?

Qualidade

Segurança e legalidade

Agilidade

Planejamento estratégico

Processos simplificados



Vamos conversar!



Nossa expertise transforma normas complexas em soluções ágeis e seguras.
Entregamos excelência e ajudamos você a transformar ideias em marcos memoráveis.

BEST
Bem Estar | Saúde | Segurança do Trabalho

FACILITYDOC

www.bestocupacional.com.br | www.facilitydoc.com.br

[@bestocupacional](#) | [facilitydoc](#)



Presidente de Honra do Conselho Editorial

Charles-Philippe d'Orleans

Chairman

Arnold Wald Filho

Publishers

Agostinho Turbian e Tathiana Hardt Souto Turbian

Editora-Chefe

Bruna Magatti Marques

Conselho Editorial

Jorge Pinheiro Machado (Presidente)

Agostinho Turbian, Bernardo Bicalho, Bruno F. Gonçalves, Clecio Chiamulera, Elmano Nigri, Fernando José da Costa, José De Podestá, José Renato Nalini, Luiz Flávio Borges D'Urso, Mario Garnero, Mauricio Eugenio, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, Patrícia Iglescias, Sergio Acquesta, Thiago Turbian, Tirso Meirelles, Torquato Jardim e Vinicius Lummertz

Editor de Projetos Especiais

Mauricio Eugenio

Diretor Adjunto de Marketing | Comunicação e Relações com o Mercado

Mauricio Eugenio

Direção de Arte

Purim Comunicação Visual

Foto de Capa

Divulgação

Fotos

Adobe Stock, Premium FreePik e Divulgação



Presidente do Conselho de Administração: Agostinho Turbian | agostinhoturbian@gmail.com

Presidente: Tathiana Hardt Souto Turbian | tathiana@editorai.com.br

General Manager: Clecio Chiamulera | 41 98849-2655 | clecio@editorai.com.br

Vice-Presidente Comercial: Thiago Turbian | 11 97118-0996 | thiago@editorai.com.br

Executivo de Projetos Internacionais: Andrej Vasle | 19 99940-3705 | vasle@editorai.com.br

CFO: Cristiane Antunes | 11 97216-3001 | cristiane@editorai.com.br

Secretária Executiva da Presidência: Thaís de Souza | +55 11 94367-1888 | thais@editorai.com.br

Logística e Distribuição: Ireny Soares Dugain | +55 11 99462-1911 | ire@editorai.com.br

Eventos e Projetos: Fernanda Bento | +55 11 91241-4863 | fernanda@editorai.com.br



Presidente
Tathiana Hardt
Souto Turbian

Vice-Presidente
Mary Elbe
Queiroz

Membros do Conselho
Alessandra Mendes, Liane Butin, Fernanda Vieira,
Paula Pellegrini, Gabriela Cardoso, Caroline Lamaita,
Viviane Brasil e Daniela Lacerda

Conselheira Internacional
Mateja Kracun,
Embaixadora da Eslovênia
no Brasil

VIDI é uma publicação de responsabilidade do Grupo Innsbruck de Comunicação e Eventos.

Os textos assinados pelos articulistas não refletem, necessariamente, a opinião da revista VIDI. Atenção: pessoas não mencionadas em nosso expediente não têm autorização para fazer reportagens, vender anúncios ou pronunciar-se em nome da VIDI.



Banca Digital



gcsm.network

Diretora Responsável: Tathiana Hardt Souto Turbian - +55 11 99995.0020 - tathiana@editorai.com.br

General Director: Clecio Chiamulera - +55 41 8849.2655 - clecio@editorai.com.br

Av. Angélica, 688, conj. 704 - São Paulo - SP - Brasil - Atlanta Business Tower - 01228-000 | +55 11 3663.2242
1001 Brickell Bay Drive Suite 2406 - Miami, FL 33131 | Tel: (305) 456 3752 | Fax (305) 456 6342

® Os registros das marcas do Grupo Innsbruck são gerenciados pela Cabral Linhares



WOCA

WORLD COMPANY AWARD

2026

Estocolmo, Suécia 10 à 14/06/2026



SAVE THE DATE

Mídia Partners



Especial Mídia Partner



O PODER DA INFORMAÇÃO

Sumário

- 16** Editorial
Agostinho Turbian
- 18** Mensagem para o planeta
Bruna Magatti
- 30** Negócios
Mercado de carbono: promessa verde ou negócio de bilhões?
- 38** Análise
Ana Maria Borges Tomé
- 42** Brasil
O que são as NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) e como elas serão fundamentais para COP30?



DIVULGAÇÃO

20 Green Pages

MARINA GROSSI,
presidente do CEBDS
e enviada especial da
COP30 para o setor privado

- 52** Case de Sucesso
Iperó se prepara para ter o maior centro de tecnologia nuclear em saúde

- 58** Direito Ambiental
Bernardo Bicalho | Gustavo Ferreira Morici

- 60** COP30
Quem são os principais nomes da COP30?

30

PREMIUM FREEPK

A biodiversidade te espera.

BINÓCULOS DA LIBERDADE

Convidamos você a passarinho com a gente e se reconectar com a fauna que está ao seu redor.



Acesse, saiba mais e inscreva-se!

Quem vai lucrar com o carbono?

O país rejeitou o imposto, mas abraçou o mercado. Ao optar pelo sistema de comércio de emissões, o Brasil coloca-se diante de uma contradição: quer regular o carbono, mas ainda não construiu a base necessária para sustentar esse mercado. O risco de imprevisto e descoordenação é real. Sem regras claras e fiscalização eficiente, a

confiança do mercado e dos investidores pode se esvaír, tornando o carbono mais um ativo financeiro do que um instrumento de transformação ambiental. Entre a promessa de protagonismo climático e o risco de criar apenas uma vitrine verde, resta a pergunta central: o Brasil está pronto para transformar o carbono em política pública sólida ou continuará tratando-o como moeda de troca? A COP30 surge, assim, como um catalisador. Ao reunir líderes globais, investidores e especialistas, o evento oferece ao Brasil a chance de demonstrar maturidade regulatória e de reforçar seu compromisso com metas de redução de emissões. Mais do que isso: permite negociar financiamentos climáticos, compartilhar experiências de monitoramento de emissões e criar padrões que deem segurança jurídica ao mercado interno de carbono. Se bem aproveitada, a COP30 pode marcar o início de um ciclo virtuoso: investimento, sustentabilidade e competitividade internacional caminhando lado a lado. Para o Brasil, essa é uma oportunidade histórica de transformar desafios ambientais em oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que reafirma seu papel de protagonista na luta contra as mudanças climáticas. ✓



AGOSTINHO TURBIAN
Presidente e publisher da The Winners Prime Leaders, VIDI e Economy&Law, professor universitário, presidente mundial e CEO do GCSM (Global Council for Sustainable Management) e Cônsul Honorário da Etiópia no Brasil



PREMIUM FREEPK



CONEXÃO DE MERCADO ATRAVÉS DE PESSOAS

Inscreva-se no AT Talks e tenha o nosso canal como um instrumento de conhecimento

@agostinhoturbian
www.youtube.com/@agostinhoturbian

GCSM
NETWORK



gcsm.network

A potência de um enviado especial

A cada edição da Conferência das Partes, as atenções do mundo se voltam para quem fala em nome dos países — líderes, ministros e negociadores que, por alguns dias, tornam-se o retrato de suas nações diante do planeta. Mas, na COP30, que será realizada em 2025, em Belém, um novo grupo de protagonistas ganha relevância: os enviados especiais. Eles são os articuladores discretos, os bastidores do diálogo climático, e desempenham um papel essencial na tradução entre a política doméstica e a diplomacia internacional. Esses enviados representam

uma nova geração de diplomatas e técnicos que combinam pragmatismo e urgência. Sua missão é costurar acordos possíveis, aproximar governos e reconstruir pontes num cenário em que o consenso global sobre o clima parece cada vez mais fragmentado. Entre metas de neutralidade de carbono, fundos de compensação e promessas de financiamento climático, cabe a eles o trabalho mais árduo: transformar compromissos políticos em compromissos operacionais. Nomes como Marina Grossi mostram que ser enviado especial é carregar a urgência do tempo. É representar milhões que já sentem os efeitos da crise climática e, ao mesmo tempo, lidar com a lentidão da diplomacia. É estar entre a ciência e a política, entre a floresta e o plenário, e o principal: como o sucesso da COP30 depende da habilidade deles em transformar diálogo em ação. Confira nossas plataformas e vamos juntos na transformação do planeta. 🌱

GCSM
NETWORK



gcsm.network



BRUNA MAGATTI
Editora-Chefe
da Revista VIDI

CAROLINE SOUZA



CARLOS BORGES



Esperando você fazer aquela

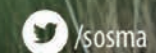
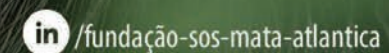
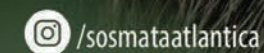
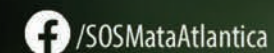
DOAÇÃO

para proteger minha casa

A SOS Mata Atlântica trabalha para inspirar e mobilizar a sociedade em defesa do bioma mais ameaçado do Brasil, onde 72% da população brasileira vive. Nossas prioridades são a emergência climática, a restauração da floresta, água limpa para todos e a valorização de parques e reservas. **Venha com a gente nessa!**



**Doe qualquer
valor agora
mesmo!**



“O mercado de carbono só será legítimo se entregar redução real de emissões e contribuir para acelerar a transição em setores intensivos”

A presidente do CEBDS e enviada especial da COP30 para o setor empresarial, **MARINA GROSSI, fala sobre as expectativas para o evento, o debate sobre o mercado regulado de carbono no país e a importância do setor privado para o financiamento climático**

Marina Grossi é uma das principais vozes sobre sustentabilidade no setor empresarial do Brasil. Economista de formação, ela preside o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) desde 2010, período em que a entidade teve destaque em discussões como

a precificação de carbono, o pagamento por serviços ambientais e a elaboração do Marco Legal do Saneamento, sancionado em 2020. Entre 1992 e 2001, Marina atuou como negociadora do Brasil nas conferências do clima da ONU. O reconhecimento por sua liderança no setor privado a levou a ser nomeada enviada especial da COP30 para o setor empresarial. Hoje, ela conduz uma intensa agenda de mobilização pela ação climá-





Ana Toni, Marina Grossi, Governador Helder Barbalho, Gustavo Pimenta (presidente da Vale) e Marcelo Brito

tica às vésperas da conferência que será realizada em Belém. A nomeação da executiva reforça a importância do CEBDS, que reúne 120 grandes empresas e atua como uma ponte entre o setor empresarial, o governo e outros atores nacionais e globais, para posicionar o Brasil como liderança em soluções climáticas integradas. Nesta entrevista exclusiva para a VIDI, Marina fala sobre suas expectativas e desafios para o evento, os trabalhos em meio ao atual momento geopolítico, o debate sobre o mercado regulado de carbono no país e a importância do setor privado para as questões climáticas, principalmente o financiamento. Confira!

VIDI – Você foi nomeada pelo Presidente da COP30, a Enviada Especial para o Setor Empresarial, com a missão de atuar como ponte estratégica entre as empresas e a liderança da Conferência. Quais são seus objetivos e quais são suas expectativas para o evento, em novembro?

Marina Grossi – A COP30 será a conferência da implementação, e o setor empresarial tem um papel central em transformar compromissos em ações concretas. Como Enviada Especial, minha missão é atuar como ponte entre empresas e a Presidência da Conferência, garantindo que as contribuições do

setor privado resultem em soluções escaláveis, mensuráveis e alinhadas à ambição climática brasileira. Estamos conduzindo um processo de escuta global para identificar as principais alavancas de descarbonização. O resultado desse trabalho será apresentado em Belém, destacando medidas capazes de reduzir emissões de forma significativa e já maduras para gerar entregas no curto e médio prazos. Entre as prioridades que destaco estão: articular investimentos em agricultura regenerativa, com destaque para o Landscape Accelerator Brasil (LAB), que mobiliza empresas, finanças e sociedade civil para transformar paisagens no Cerrado e no Pará; estimular cadeias circulares de produção e consumo, apoiadas pelo Global Circularity Protocol; fortalecer os mercados de carbono com integridade e transparência; e dar visibilidade às soluções escaláveis que já existem no setor privado. Nossa expectativa é que a COP30, realizada no coração da Amazônia, seja um marco global e deixe como legado um modelo de desenvolvimento que una prosperidade, justiça social e sustentabilidade para o Brasil e para o mundo.

VIDI – Você já afirmou que seu foco maior está em setores de difícil descarbonização, e também, de forma transversal, em outros temas cruciais para o setor empresarial, como energia, agricultura, bioeconomia, mercado de carbono e financiamento. Quais são os maiores desafios neste momento?

MG – O maior desafio é a implementação. Setores com intensidade de emissões, como transportes, energia e agropecuária, precisam acelerar a adoção de tecnologias e práticas sustentáveis, e isso exige previsibilidade regulatória e financiamento em escala. A bioeconomia e os sistemas agroalimentares regenerativos, por exemplo, oferecem enorme potencial para conciliar produtividade e conservação, mas dependem de métricas robustas, políticas consistentes e capital disposto a investir no longo prazo. O Brasil é um país de soluções, mas precisa transformar esse diferencial em vantagem competitiva global, ampliando a integração entre inovação empresarial, governança pública e instrumentos financeiros.

“O portfólio reúne 135 projetos de alto impacto em diferentes setores e biomas, mostrando que as empresas brasileiras estão entregando resultados concretos em áreas como energia renovável, agricultura regenerativa, restauração florestal e bioeconomia”

“Estamos mobilizando coalizões empresariais nos setores de maior peso para as emissões — como transportes, energia e minerais críticos — construindo planos robustos com metas e ações mensuráveis”

VIDI – O documento do setor empresarial para a COP30 já foi entregue ao Dan Ioschpe. Você tiveram alguma conversa sobre isso?

MG – O diálogo entre o setor empresarial e a Presidência da COP30 tem sido contínuo e construtivo. Um bom exemplo disso são as coalizões empresariais que estamos liderando em setores estratégicos. A Coalizão de Transportes, por exemplo, apresentou um plano robusto com 90 ações mensuráveis para reduzir até 70% das emissões do setor até 2050, além de mobilizar cerca de R\$ 600 bilhões em investimentos verdes. O Brasil de Soluções, que foi o documento do qual entregamos uma prévia para o Dan Ioschpe, é outro bom exemplo disso. O portfólio reúne 135 projetos de alto impacto em diferentes setores e biomas, mostrando que as empresas brasileiras estão entregando resultados concre-

tos em áreas como energia renovável, agricultura regenerativa, restauração florestal e bioeconomia. Esses insumos reforçam a agenda de implementação da COP30, evidenciando que o setor privado já está mobilizado e pronto para ampliar sua contribuição.

VIDI – Estamos em um momento tenso da geopolítica, afetando principalmente nossas relações comerciais, e, por outro lado, o Brasil está se destacando com o BRICS em inovações sustentáveis. Isso afeta seu trabalho como enviada especial?

MG – O cenário internacional é de incertezas e polarizações, mas esse contexto também abre espaço de oportunidades e mais protagonismo. Ao sediar a COP30, no coração da Amazônia, e ao avançar em áreas como bioeconomia, energias limpas e mercado de carbono, o Brasil pode se consolidar como articulador global de soluções climáticas integradas junto aos novos protagonistas da geopolítica. Como enviada especial, meu trabalho é garantir que o setor empresarial brasileiro esteja inserido nesse diálogo, trazendo credibilidade e consistência às propostas.

VIDI – A COP30 no Brasil é uma oportunidade única de as empresas apresentarem os resultados de suas iniciativas, e diversas já estão prontas para apresentar e buscar soluções sustentáveis. Na sua visão, quais setores poderão se destacar nesta edição?

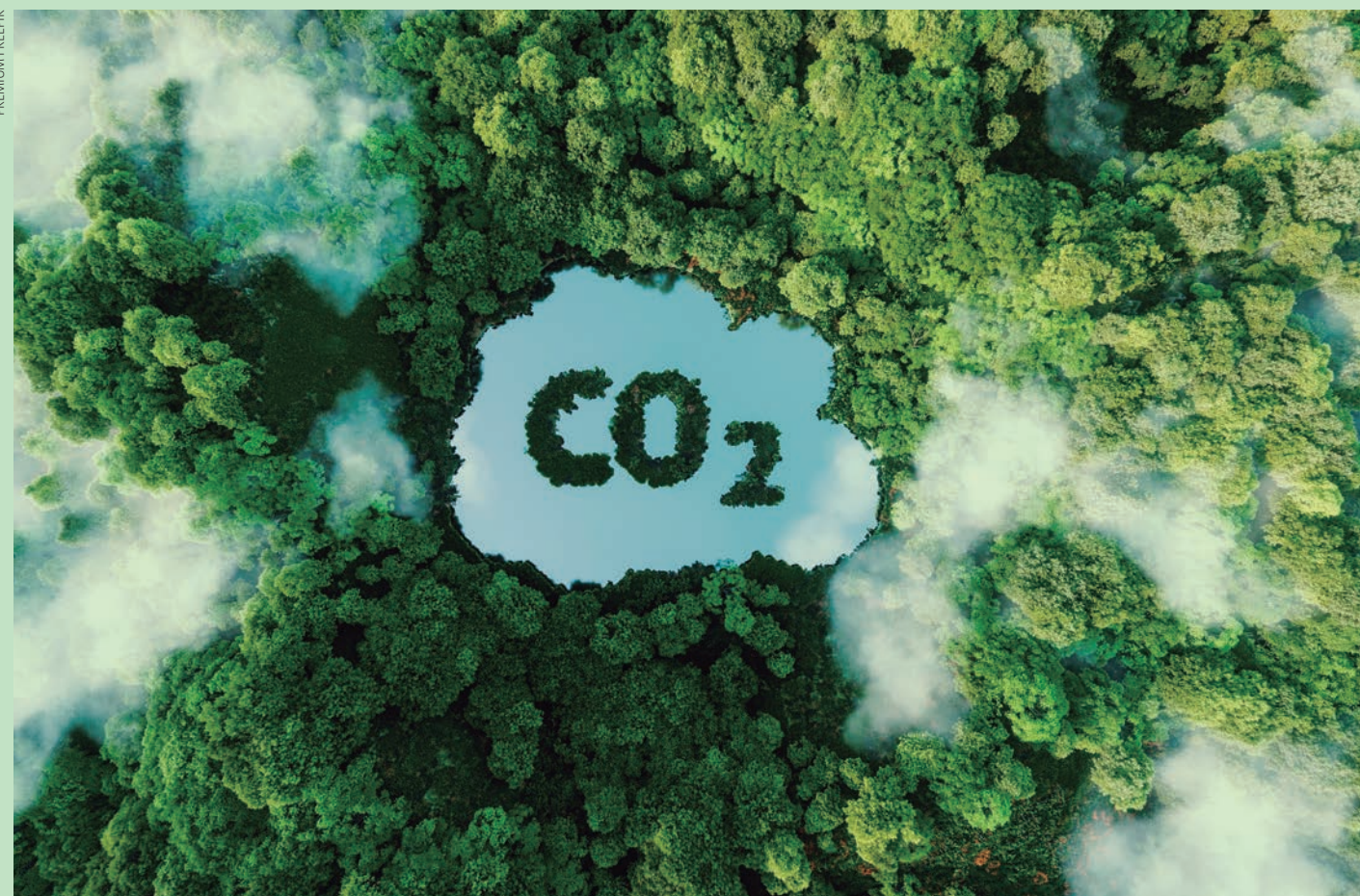
MG – O Brasil tem a chance de mostrar ao mundo que já possui soluções

concretas em áreas estratégicas. A agricultura regenerativa, por exemplo, pode responder por uma parte significativa da mitigação global, e iniciativas como o *Landscape Accelerator Brazil* estão abrindo caminho para escalar esse potencial. A bioeconomia também deve ganhar centralidade, com modelos que valorizam a floresta em pé e geram renda para comunidades locais. Além disso, estamos mobilizando coalizões empresariais nos setores de maior peso para as emissões — como transportes, energia e minerais críticos — construindo planos robustos com metas e ações

mensuráveis. É essa combinação de inovação em novos setores e de planos consistentes nas áreas mais intensivas em carbono que permitirá ao Brasil se consolidar como um líder global da transição para uma economia neutra em carbono, positiva para a natureza e inclusiva para as pessoas.

VIDI – A COP 30 também será um momento decisivo para o financiamento climático. Estima-se que sejam necessários US\$ 1,3 trilhão anuais para viabilizar a transição global. De que forma as empresas influenciam nessa questão?

PREMIUM FREEPIK



MG – O setor privado é o principal responsável por implementar soluções climáticas em escala, e por isso tem papel decisivo na mobilização de recursos. Mas para que o capital chegue onde é necessário, precisamos de instrumentos financeiros que reduzam riscos, deem previsibilidade e combinem diferentes fontes — públicas, privadas e filantrópicas. Esse é o papel do *blended finance* e de mecanismos inovadores que atraem o investidor tradicional para soluções sustentáveis. Já temos plataformas importantes, como a *Brazilian Investment Platform*, que conectam projetos empresariais a financiadores, mas é preciso ampliar esse ecossistema. A

COP30 será o momento de mostrar que é possível redirecionar capital em grande escala, com transparência e boa governança, transformando compromissos em resultados mensuráveis para o clima, a natureza e as pessoas.

VIDI – Vamos falar um pouco sobre mercado de carbono. Em julho foi anunciado o plano de implementação do mercado regulado de carbono, previsto na Lei nº 15.042, sancionada em dezembro de 2024, além de um órgão gestor provisório da governança do mercado de carbono. Como está a discussão sobre os créditos de carbono atualmente? Eles seriam uma

possibilidade para que o Brasil atinja as metas de descarbonização nos prazos previstos nas suas NDCs?

MG – O Brasil avançou muito com a aprovação do mercado regulado de carbono, um passo histórico para dar previsibilidade e segurança a empresas e investidores. Nosso país tem potencial único para oferecer créditos de alta integridade, especialmente por meio de soluções baseadas na natureza e na transição energética. Esses instrumentos podem ser decisivos para que o Brasil cumpra sua NDC e se consolide como referência global. O próximo passo é garantir governança sólida, métricas confiáveis de monitoramento e alinhamento com padrões internacionais, para que os créditos realmente impulsionem a transformação da economia e gerem benefícios para o clima, a natureza e as pessoas.

VIDI – Estima-se que o mercado global de carbono pode movimentar até 50 bilhões de dólares nos próximos 30 anos, e o Brasil tem potencial para abocanhar cerca de 20% dessa fatia. Na sua visão, quais são os desafios e as oportunidades desse novo mercado?

MG – A oportunidade é clara: podemos transformar nossa biodiversidade e nossas florestas em ativos econômicos legítimos, atraindo investimentos, gerando empregos e fortalecendo a competitividade internacional do Brasil. Mas o desafio é garantir que esse mercado seja íntegro e eficiente. Precisamos de regras claras, preços que reflitam o custo real da descarbonização, monitoramento rigoroso e salvaguardas socioam-

“O setor privado é o principal responsável por implementar soluções climáticas em escala, e por isso tem papel decisivo na mobilização de recursos”

bientais. Só assim será possível evitar o greenwashing e consolidar um mercado que traga resultados reais para o clima.

VIDI – Existe uma clara preocupação com a integridade socioambiental nesse campo. Há o risco de se criar um mercado ótimo economicamente para alguns setores, mas que não cumpra o objetivo de acelerar a descarbonização. O preço pode desestimular a pessoa de continuar poluindo, então se for barato, ela comprará um crédito de carbono, porque será menos custoso do que mudar sua empresa. Como resolver essa questão?

MG – Esse risco existe se não houver credibilidade e governança. O preço do crédito deve ser suficientemente alto para induzir mudanças. Transparência, rastreabilidade e adicionalidade precisam ser princípios inegociáveis. O mercado só será legítimo se entregar redução real de emissões e contribuir para acelerar a transição em setores intensivos.



Marina Grossi durante o evento CEBDS Sustentável 2025



Marina Grossi representando o CEBDS durante a COP29, em Baku

VIDI – Marina, o que as empresas esperam da COP30 e do futuro do planeta, na sua observação?

MG – O setor empresarial espera que a COP30 marque o início de uma década de implementação, em que compromissos se transformem em resultados concretos. Isso significa metas mais ambiciosas, mecanismos financeiros em escala e uma colaboração real entre governos, empresas e sociedade. A expectativa é mostrar ao mundo que crescimento econômico pode caminhar junto com inclusão social e preservação ambiental. O futuro que buscamos é de uma economia regenerativa, inovadora e competitiva, positiva para a natureza e para as pessoas — e a COP30 é a oportunidade de colocar o planeta nessa trajetória. 🌱

“O desafio é garantir que esse mercado seja íntegro e eficiente. Precisamos de regras claras, preços que reflitam o custo real da descarbonização, monitoramento rigoroso e salvaguardas socioambientais”

Seja único

Registre sua marca e tenha o direito de uso exclusivo.

Desde de 1960 | Procuradoria de Registro | **Cabral 65 anos** Linhares

Belo Horizonte
São Paulo

Acesse

www.cabrallinhares.com.br
11-38340001 31-974008271
11-984043782



CO₂

Mercado de carbono: promessa verde ou negócio de bilhões?

Embora livre de impostos diretos sobre carbono, o país se prepara para adotar sistema de comércio de emissões — projeto que demanda governança, tecnologia, fiscalização e altos aportes financeiros para funcionar com credibilidade. Especialista analisa possível contradição no plano brasileiro

Aprovado no fim de 2024, o marco legal do mercado regulado de carbono é uma importante medida para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e tem potencial de movimentar até R\$ 128 bilhões em receitas, segundo estimativas do projeto Partnership for Market Readiness

(PMR). O próximo passo é o Plano de Implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), de responsabilidade do Governo Federal. Os créditos de carbono foram criados para precificar e reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE). Eles são certificados monetários que comprovam que uma tonelada de CO₂ deixou de ser emitida ou foi removida da atmosfera por

meio de projetos de reflorestamento, energias renováveis, agricultura de baixo carbono ou de mitigação climática. No Brasil, há dois mercados de carbono: o voluntário e o regulado. No primeiro, empresas compram créditos para compensar emissões de forma espontânea, apoiando projetos de reflorestamento, conservação de florestas, energia renovável e agricultura de baixo carbono. O segundo é mais recente e só deverá ser regulado nas próximas semanas (Até o final desta edição, o presidente Lula ainda não sancionou a lei que regulamenta o mercado de carbono no país, conforme a expectativa). Nele, haverá limites obrigatórios para reduzir as emissões. A Secretaria Extraordinária de Mercado de Carbono funcionará na própria Fazen-

da e coordenará o mercado de carbono, cujo nome técnico é Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). O potencial de impacto é enorme, visto que mais de 75% das emissões brasileiras se concentram em poucos setores: uso da terra, agricultura e indústria. O SBCE atuará regulando diretamente as emissões industriais, mas também permitirá o uso de crédito de carbono de metodologias certificadas para compensar as emissões restantes. Por meio dessas metodologias, o Brasil já explora sua maior oportunidade de mitigação climática: os ecossistemas naturais, com destaque para suas florestas. Uma das formas mais eficazes de manter as florestas em pé são os projetos de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

Tanto o governo federal quanto empresas e pessoas físicas podem comercializar créditos de carbono. Empresas podem comprar créditos para honrar compromissos de sustentabilidade, atender às exigências de investidores e consumidores e outros stakeholders, ou se preparar para futuras regulações. Pessoas físicas podem comprar para compensar emissões decorrentes de suas atividades pessoais ou profissionais, como viagens e consumo de energia. No Brasil, o mercado voluntário é o que se encontra, atualmente, melhor estabelecido, onde não existe uma obrigação legal de compra, cada um pode decidir qual porcentagem das suas emissões deseja neutralizar, de acordo com seus compromissos ambientais e de imagem, sem imposição legal. Já no mer-



cado regulado, o governo precisará definir o teto de emissões permitidas para setores ou empresas específicas. Essas organizações, então, recebem permissões de emissão correspondente a esse limite. Com isso em mãos, a companhia passa a medir e registrar todas as suas emissões por meio de inventários oficiais auditados, que devem seguir metodologias reconhecidas.

Para pessoas físicas e empresas menores, a forma mais fácil é usar plataformas digitais especializadas, que permitem escolher projetos certificados e calcular a quantidade de créditos necessária para compensar as emissões. Entre elas, estão a Gold Standard Marketplace, a plataforma da ONU Climate Neutral Now e, como opções locais, a BVRio

e a Carbonext. Já empresas de maior porte costumam comprar diretamente com corretoras de créditos de carbono, bancos e traders especializados, que intermediam grandes volumes e ajudam a selecionar projetos alinhados à estratégia ambiental da companhia.

A expectativa para o mercado regulado é grande. De acordo com pesquisa inédita da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 44% dos empresários industriais enxergam o novo marco legal do mercado regulado de carbono, previsto na Lei 15.042/2024, como uma oportunidade de negócio e inovação. O estudo também revela que 66% das indústrias têm interesse em linhas de financiamento para investir em ações sustentáveis. O índice é maior na amostra

“A expectativa para o mercado regulado é grande. De acordo com pesquisa inédita da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 44% dos empresários industriais enxergam o novo marco legal do mercado regulado de carbono, previsto na Lei 15.042/2024, como uma oportunidade de negócio e inovação”

Norte/Centro-Oeste, onde chega a 85%, seguido pelas regiões Nordeste (77%) e Sul (65%). Além disso, o governo brasileiro pretende apresentar na COP30 um plano ambicioso para integrar os mercados de carbono do mundo todo. O objetivo é criar uma coalizão com a participação voluntária de países ou blocos com o objetivo inicial de substituir taxações de fronteira unilaterais como o CBAM, da União Europeia, que entra em vigor em janeiro. Como aconteceu com o fundo de florestas TFFF há dois anos, o conceito será descrito em linhas gerais em Belém para buscar a adesão de outros países e avançar em um desenho prático. Essa coalizão estabelecerá inicialmente um preço comum de carbono



Leonardo Alves Corrêa, sócio da área ambiental do VLF Advogados e Professor de Direito Ambiental da Faculdade de Direito da UFMG

para quatro setores da indústria responsáveis por cerca de 20% das emissões globais de gases estufa: aço, alumínio, cimento e fertilizantes. Os países que não fizeram parte do “clube” teriam de pagar um ajuste de fronteira para exportar esses produtos ou seus derivados aos que integram a coalizão.

O mercado regulado de carbono parte da ideia de que a poluição gera custos sociais que não aparecem nos preços de mercado. Ao atribuir valor financeiro às emissões de gases de efeito estufa, busca-se internalizar esses impactos, corrigir distorções e incentivar empresas a reduzir sua pegada de carbono. De acordo com o sócio da área ambiental do VLF Advogados e Professor de Direito Ambiental da Faculdade de Direito da UFMG, Leonardo Alves Corrêa, a lógica da precificação de carbono é, em essência, simples, embora sua implementação seja complexa. “As emissões de gases de efeito estufa provocam danos ambientais e custos sociais que não são suportados por quem realiza a poluição. Ao estabelecer um valor econômico para essas emissões, o Estado busca alocar um custo-carbono ao processo produtivo. Assim, atividades com alta intensidade de carbono tornam-se mais caras, enquanto modelos de produção limpos e eficientes ganham competitividade. Ao alterar a estrutura de custos das empresas, cria-se um incentivo econômico para inovar, reduzir emissões e, consequentemente, diminuir o custo operacional e a exposição aos riscos”, explica.

Leonardo esclarece que a precificação do carbono pode ocorrer a partir de dois

“Entretanto, ainda não há consenso dentro do governo sobre a arquitetura institucional desse órgão. Dada a alta complexidade técnica do tema e a necessidade de independência, a solução mais adequada seria a criação de uma agência reguladora”

modelos distintos: “No mundo, existem hoje dois principais modelos de políticas públicas para precificar o carbono. O primeiro é o carbon tax, no qual o governo define um tributo fixo por tonelada de CO₂ emitida, e as empresas pagam de acordo com suas emissões. Sua grande vantagem está na simplicidade e previsibilidade. O segundo é o sistema de comércio de emissões (Cap-and-Trade), em que o governo estabelece um teto global de emissões por setor e distribui um número limitado de cotas para as empresas. Quem emite menos do teto pode vender créditos para quem emite mais, criando um mercado dinâmico. No Brasil, a proposta de adotar um imposto sobre carbono foi rejeitada de forma consistente, e optou-se por avançar na criação de um mercado regulado de carbono, inclusive com apoio relevante do setor empresarial.”

O Brasil ainda não tem um consenso sobre a estrutura regulatória responsável por normatizar e fiscalizar o mercado regulado de carbono, segundo o advogado, a construção de um mercado de carbono é um projeto complexo e de longo prazo. “No Brasil, por exemplo, esse processo foi estruturado em cinco fases progressivas, com conclusão prevista para dezembro de 2027. Não se trata de uma iniciativa simples. O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) foi concebido a partir da criação do chamado Órgão Gestor, responsável por funções centrais, como regulamentar o mercado de ativos do SBCE, supervisionar sua operação e implementar seus instrumentos”, lembra. “Entretanto, ainda não há consenso dentro do governo sobre a arquitetura institucional desse órgão. Dada a alta complexidade técnica do tema e a necessidade de independência, a solução mais adequada seria a criação de uma agência reguladora. Contudo, em um contexto de restrição fiscal e reforma do Estado, essa alternativa enfrenta dificuldades políticas e orçamentárias. O governo, por ora, sinaliza que a gestão inicial ficará sob a responsabilidade da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDES), vinculada ao Ministério da Fazenda, até que se amadureça a definição de uma estrutura regulatória permanente”.

Leonardo alerta que existe uma contradição no mercado de carbono brasileiro. O país rejeitou o modelo de tributação do carbono, considerando a já elevada carga tributária. Ao optar pelo sistema de comércio de emissões (cap and trade), porém, talvez não tenha di-

mentado a necessidade de investimentos significativos para estruturar e operar esse mercado. “A implementação exige uma arquitetura regulatória robusta, sistemas de monitoramento e fiscalização confiáveis e órgãos capazes de garantir segurança jurídica. No entanto, a mobilização dos recursos e da governança necessários para essa estrutura ainda enfrenta impasses políticos e limitações orçamentárias.”

Apesar da aprovação da lei que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), grande parte de seus mecanismos ainda depende de regulamentação detalhada para se tornar efetiva. Segundo o advogado, há desafios centrais para a consolidação do mercado regulado. Um dos mais sensíveis é definir de forma transparente se e como créditos oriundos do mercado voluntário poderão ser utilizados dentro do SBCE. Essa transição precisa ser cuidadosamente desenhada para evitar instabilidade e proteger a credibilidade do sistema:

“A Lei nº 15.042/2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), permite que parte dos créditos do mercado voluntário seja integrada ao mercado regulado. Para que isso ocorra, esses créditos precisarão atender a critérios de elegibilidade que serão definidos em regulamentação pelo órgão gestor do SBCE. Esse mecanismo pode criar estabilidade de demanda para o mercado voluntário e fortalecer sua relevância econômica. No entanto, também envolve riscos importantes. O Brasil possui um histórico de conflitos fundiários, e projetos de créditos de carbono, especialmente os relacionados a florestas, podem gerar disputas com comunidades tradicionais e povos indígenas caso a repartição de benefícios não seja justa e bem estruturada. Sem um processo rigoroso de certificação e habilitação, existe o perigo de que créditos de baixa qualidade contaminem o novo mercado regulado e comprometam sua credibilidade.” 🟢



Sua empresa voando alto
em céu de brigadeiro.

Utilizar os serviços da Demanda Pesquisas é comparável a ter um copiloto com experiência de mais de 7.000 horas de voo.

Nossa especialidade é prever turbulências, ajudando você a pilotar sua empresa pelas rotas mais seguras.

Nossa equipe experiente já ajudou mais de 800 importantes empresas brasileiras, europeias e norte-americanas a realizarem pousos e decolagens em total segurança.

São mais de 7.000 estudos realizados com o objetivo de orientar as melhores decisões.

Saiba mais sobre quais tipos de pesquisas podemos oferecer para as suas próximas viagens.



Fale com Silvio Pires de Paula
silvio@demanda.com.br - tel.: +55 11 3218-8000 - www.demanda.com.br



De Kyoto à Belém – O Trajeto do Mercado de Carbono na Agenda Global

Em menos de um mês, as atenções estarão voltadas para Belém, no coração da floresta amazônica, que sediará a COP30. O evento traz ao Brasil um papel de destaque nas negociações climáticas globais. O percurso que liga Kyoto a Belém retrata décadas de evolução nos compromissos internacionais para o enfrentamento da crise climática.

O primeiro grande acordo voltado para o clima foi o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, durante a terceira Conferência das Partes (COP3). Kyoto estabeleceu compromissos inéditos para que países desenvolvidos limitassem suas emissões de gases de efeito estufa, lançando as bases para o uso de mecanismos de mercado como parte das estratégias climáticas.

Em 2000, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) foi implementado

“ Kyoto estabeleceu compromissos inéditos para que países desenvolvidos limitassem suas emissões de gases de efeito estufa, lançando as bases para o uso de mecanismos de mercado como parte das estratégias climáticas ”

como desdobramento do Protocolo de Kyoto. Ele permitiu que países desenvolvidos compensassem suas emissões ao financiar projetos de redução de carbono em nações em desenvolvimento, promovendo a transferência de recursos e tecnologia. No entanto, o prazo do Protocolo chegou ao fim em 2012, abrindo um debate sobre sua prorrogação ou a necessidade de um novo entendimento global. Naquele momento, o contexto geopolítico era outro e países como a China — já o maior emissor global, mas sem metas obrigatórias — evidenciava os limites do acordo original.

Diante desse cenário, em 2015, a COP21, realizada em Paris, resultou no Acordo de Paris. Diferentemente de Kyoto, o novo tratado comprometeu não apenas os países desenvolvidos, mas todos os signatários, a limitarem o aquecimen-

to global a valores bem abaixo de 2°C, com esforços para restringi-lo a 1,5°C.

Contudo, a transição de Kyoto para Paris trouxe desafios que continuam em discussões. Na COP26, iniciou-se o desenho do novo mercado global dentro de Paris. A COP28 incluiu compromissos voltados para a transição energética e redução do uso de combustíveis fósseis, como petróleo, carvão e gás natural. Pela primeira vez um compro-



***ANA MARIA BORGES TOMÉ -**

Possui 15 anos de experiência no mercado de carbono, iniciando sua atuação no mercado regulado com projetos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Atualmente, lidera o time de carbono da Caixa Econômica Federal, desenvolvendo a estratégia de atuação do banco para os novos cenários desse mercado. É mestre em Economia pela FGV, com foco no mercado de carbono e cursa o MSc em Sustentabilidade pela University of London, unindo sólida formação acadêmica e vasta experiência em campo com projetos de carbono, finanças climáticas e soluções estratégicas para uma economia de baixo carbono

misso explícito na transição dos combustíveis fósseis para mais limpos.

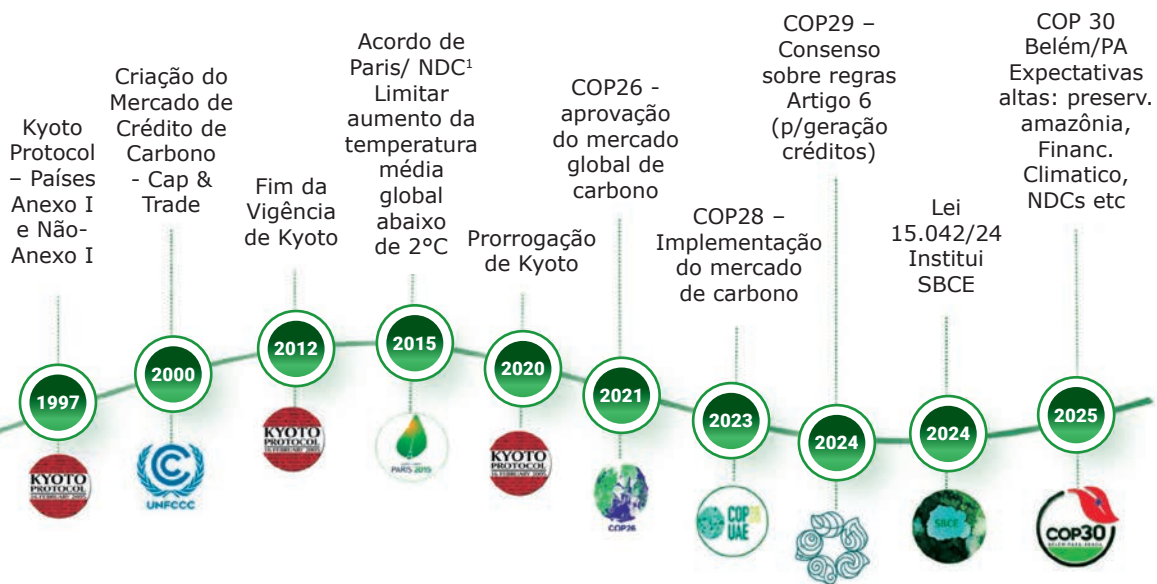
Em 2024, durante a COP29, no Azerbaijão, consolidaram-se as regras do Artigo 6º do Acordo de Paris, que é onde regulamenta globalmente o comércio de emissões. O artigo estabelece três mecanismos principais: acordos bilaterais entre países, mercado global e abordagens de não-mercado como o financiamento direto e a transferência de tecnologia. Esses desdobramentos reforçam o papel dos mercados de carbono como peça-chave na luta contra as mudanças climáticas.

No Brasil, a recente Lei 15.042/2024 representou um marco ao criar o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), o primeiro mercado de carbono

regulado do país. O sistema está baseado em permissões negociáveis e metas setoriais de redução, com previsão de implementação em cinco fases até seu pleno funcionamento, sinalizando o engajamento brasileiro em consolidar-se como um protagonista global.

Agora, com a COP30, o Brasil assume de vez um papel de liderança. A escolha do local traz simbolismo e destaca a Amazônia como peça central das discussões sobre justiça climática, proteção da biodiversidade e mercados de carbono. A jornada de Kyoto à Belém não é apenas um reflexo da evolução dos compromissos globais, mas também um chamado à agir para transformar as ideias e vontades em ações concretas. 🟢

Linha do tempo de Kyoto a Belém



1 - NDC do Brasil prevê a redução de 37% das emissões até 2025 e 50% até 2050, em relação aos índices de 2005. Zerar o desmatamento ilegal até 2028 e Reduzir as emissões de metano em 30% até 2030.

Fonte: Elaborado pelo autor

ESCREVA O CAPÍTULO MAIS FELIZ DA SUA CARREIRA

Seja coautor dos livros “Felicidade e Saúde Mental no Trabalho” ou “Felicidade e Prosperidade” e compartilhe sua visão sobre como propósito e bem-estar transformam pessoas e empresas.

Faça parte deste movimento editorial que une profissionais na construção da cultura da felicidade.

Inscrições abertas para novos coautores

✉ comercial@m11marketing.com.br

11 98170-9965

Idealização e Curadoria: Claudia Cardillo
Coordenação: Luciana Tierno e Chirles de Oliveira
Realização: Carreira e Suas Vozes, M11 Marketing e Comunicação e Tierno Press Comunicação
Apoio: Academia Rota 53 e Virada da Felicidade



REALIZAÇÃO

CARREIRA E SUAS VOZES

talk show podcast

CURADORIA

CLAUDIA CARDILLO

especialista em temas de carreira, liderança, desenvolvimento profissional e negócios

COORDENAÇÃO

Luciana Tierno

Chirles de Oliveira

EDITORIA

GRUPO EDITORIAL SCORTECCI

www.scortecci.com.br

APOIO

Virada da Felicidade

ROTA 53

TELEVISIONADO BELÉM

IMPRENSA

Tierno Press



Entrega da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Secretário-executivo da UNFCCC, Simon Stiel

O que são as NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) e como elas serão fundamentais para COP30?

Anunciadas pelo ministro e vice-presidente Geraldo Alckmin na COP29 em Baku, os programas que integram a NDC brasileira, que traz metas ambiciosas, já possuem apoio de diversos países e serão contempladas em novembro, no Pará

Foi na COP29, em Baku, no Azerbaijão, que o Governo Federal anunciou a nova meta climática do Brasil para 2035. A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), nome oficial do compromisso, determina diretrizes para a transformação do modelo de desenvolvimento do país, abrangendo todos os setores da economia. “O Brasil saiu de uma posição negacionista para a liderança e protagonismo no combate às mudanças climáticas. Teremos a honra de no ano que vem sediar a COP30 (em Belém), na floresta amazônica, na região amazônica”, disse o vice-presidente Geraldo Alckmin, na ocasião.

O documento foi entregue ao secretário-executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Simon Stiell, por comitiva liderada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. A NDC determina compromisso de reduzir as emissões líquidas de gases-estufa no país de 59% a 67% até 2035, em comparação aos níveis de 2005 — o que equivale a alcançar entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente.

MAS O QUE É A NDC?

A nova meta representa etapa-chave para promoção de um novo modelo de desenvolvimento, por meio da implementação de iniciativas como Plano Clima, Plano de Transformação Ecológica, Pacto entre os Três Poderes pela Transformação Ecológica, entre outras. A NDC é o resultado de um extenso processo de análise dos cenários de emissões do país. Ela reconhece a urgência do combate à crise climática, assume a necessidade de construir resiliência e traça um

“O Brasil saiu de uma posição negacionista para a liderança e protagonismo no combate às mudanças climáticas”

“A NDC também reafirma o compromisso do país em aumentar sua capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas”

roteiro para um futuro de baixo carbono para a sociedade, a economia e os ecossistemas brasileiros. Também amplia a meta de corte de emissões apresentada na primeira NDC, consolidando uma trajetória de aumento de ambição, como determina o Acordo de Paris, de 2015. Em comparação ao objetivo já estabelecido para o ano de 2030, há incremento de 13% a 29% em ambição em termos de redução de emissões absolutas.

A nova NDC apresenta uma meta em banda, que considera as variáveis na projeção de cenários futuros, reconhecendo que a implementação do compromisso será influenciada por fatores nacionais e globais até 2035. A NDC também reafirma o compromisso do país em aumentar sua capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas. O caminho para a implementação da NDC é traçado

pelo Plano Clima, que guiará as ações de enfrentamento à mudança do clima no Brasil até 2035. O plano terá eixos voltados à redução de emissões de gases de efeito estufa (mitigação) e à adaptação aos impactos da mudança do clima, com planos setoriais para cada um deles — serão sete para mitigação e 16 para adaptação. Para viabilizar essa nova visão de desenvolvimento, serão empregados instrumentos econômicos como o Fundo Clima, Títulos Soberanos Sustentáveis, Eco Invest Brasil, Taxonomia Sustentável Brasileira e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre.

FUNDO CLIMA

O Programa Fundo Clima do BNDES se destina a aplicar a parcela de recursos reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (“FNMC”), ou Fundo Clima, criado pela Lei nº 12.114, de 9/12/2009, com sua regulamentação definida pelo Decreto nº 9.578, de 22/11/2018, e alterado pelo Decreto nº 11.549, de 05/06/2023. O Fundo Clima é um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima e se constitui em um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente com a finalidade de garantir recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que tenham como objetivo a mitigação das mudanças climáticas. O objetivo é apoiar a implantação de empreendimentos, a aquisição de máquinas e equipamentos e o desenvolvimento tecnológico relacionados à redução de emissões de

gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima e aos seus efeitos.

O Fundo Clima aprovou em abril deste ano de 2025, o Plano Anual de Aplicação de Recursos para 2025. No total, serão investidos R\$ 11,2 bilhões em projetos de mitigação e adaptação que contribuam para proteger a população dos efeitos da emergência climática em todo país. Desses, R\$ 4,46 milhões serão aplicados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em projetos não reembolsáveis. Os investimentos reembolsáveis serão feitos em diferentes linhas de financiamento, por meio de crédito junto ao BNDES, que vão desde

o desenvolvimento urbano resiliente até florestas nativas e recursos hídricos, incluindo logística de transportes, mobilidades verdes, indústria verde, transição energética e serviços e inovação verdes. “Com esses recursos, os projetos apoiados pelo fundo vão proporcionar o desenvolvimento sustentável nacional por meio de projetos que promovam o aumento da justiça climática com redução dos riscos e impactos sociais, especialmente para os grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos impactos da mudança do clima”, disse o secretário-executivo do MMA e presidente do Comitê Gestor, João Paulo Capobianco.





Evento organizado pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, com Governadores da região presentes na COP 29

TÍTULOS SOBERANOS SUSTENTÁVEIS

Há grandes custos associados ao cumprimento das NDCs do Brasil: as estimativas mais recentes colocam esses custos em US\$ 1,4 trilhão entre 2016 e 2030, equivalente a US\$ 100 bilhões (ou cerca de 7% do PIB) por ano. Com US\$ 7,2 bilhões em dívida sustentável privada emitida em 2022, o Brasil ficou em primeiro lugar regional em títulos verdes corporativos, tendo levantado recursos para projetos climáticos e de biodiversidade. Em 5 de setembro de

2023, o governo federal, em seu esforço de apoiar o desenvolvimento sustentável, lançou seu Arcabouço de Títulos Soberanos Sustentáveis. Um documento de referência que permite ao país emitir títulos verdes, sociais e de sustentabilidade para financiar programas orçamentários com impactos ambientais e/ou sociais positivos.

Pouco depois, em 13 de novembro de 2023, o Brasil lançou com sucesso um título soberano sustentável de US\$ 2 bilhões. A operação permitiu estender o vencimento da dívida, acessar novos investidores e ampliar a base de investido-

res, em conformidade com a estratégia brasileira de gestão da dívida pública. Como a Dívida Pública Federal externa atua como referência para o setor corporativo, o Tesouro Nacional optou por uma referência de 7 anos, onde se concentram as emissões do setor privado. De acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o Tesouro pretende criar uma curva de rendimento de referência para estimular ainda mais as vendas de dívida sustentável por parte dos tomadores de empréstimos do setor privado. Além disso, a transação ressaltou o compromisso do Brasil com a sustentabilidade ambiental e social.

Os recursos da emissão inaugural são destinados ao controle do desmatamento, conservação da biodiversidade, Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (com foco em energia renovável e transporte limpo, entre outros) e programas de combate à pobreza (Bolsa Família) e combate à fome. Um dos muitos benefícios do título soberano sustentável do Brasil é a transparência e a prestação de contas. O Arcabouço de Títulos Soberanos Sustentáveis define o processo de avaliação e seleção de despesas elegíveis. E detalhe: o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento prestaram assistência técnica conjunta ao Tesouro Nacional do Brasil para estabelecer o programa de títulos sustentáveis. O trabalho conjunto foi alinhado com o compromisso dos presidentes do Banco Mundial e do BID de unir forças para maximizar o impacto do desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

ECO INVEST BRASIL

O Eco Invest Brasil foi criado para impulsionar investimentos privados sustentáveis e atrair capital externo para projetos de longo prazo, oferecendo instrumentos de proteção contra a volatilidade do câmbio. Com mecanismos financeiros inovadores, o programa viabiliza projetos estratégicos para a indústria verde, recuperação de biomas, infraestrutura para lidar com os efeitos das mudanças do clima e de inovação tecnológica para a Transformação Ecológica. Historicamente, a volatilidade cambial e a falta de projetos estruturados têm sido alguns dos principais desafios para o Brasil captar investimentos externos em empreendimentos de longo prazo. Para minimizar essa barreira, o Eco Invest Brasil oferece linhas de crédito

“Historicamente, a volatilidade cambial e a falta de projetos estruturados têm sido alguns dos principais desafios para o Brasil captar investimentos externos em empreendimentos de longo prazo”

para mitigar riscos cambiais e viabilizar o amadurecimento de projetos, garantindo previsibilidade e redução de riscos para investimentos de longa maturação no país. Além disso, o programa oferece linhas de crédito com recursos públicos em condições atrativas para alavancar investimentos privados, nacionais e internacionais. Os principais setores beneficiados são: bioeconomia, transição energética, economia circular e infraestrutura verde. Um grande destaque do Eco Invest, são os leilões, que fazem parte da linha de “blended finance” do projeto, para mesclar capital público e privado com o objetivo de baratear financiamentos e estimular iniciativas sustentáveis do setor privado, reduzindo também o risco à exposição cambial. Com eles - que foram somente 2 até agora - o projeto está captando bilhões em financiamento.

TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA

A Taxonomia Sustentável Brasileira é um sistema que classifica quais atividades econômicas são sustentáveis. É um catálogo que identifica e define, com base científica e de forma objetiva, atividades econômicas, ativos e projetos que contribuem para objetivos ambientais, econômicos e sociais estabelecidos pela sociedade brasileira. Conforme a definição da Associação Internacional de Mercado de Capitais (ICMA, 2021), a taxonomia estabelece critérios e indicadores que permitem avaliar se uma

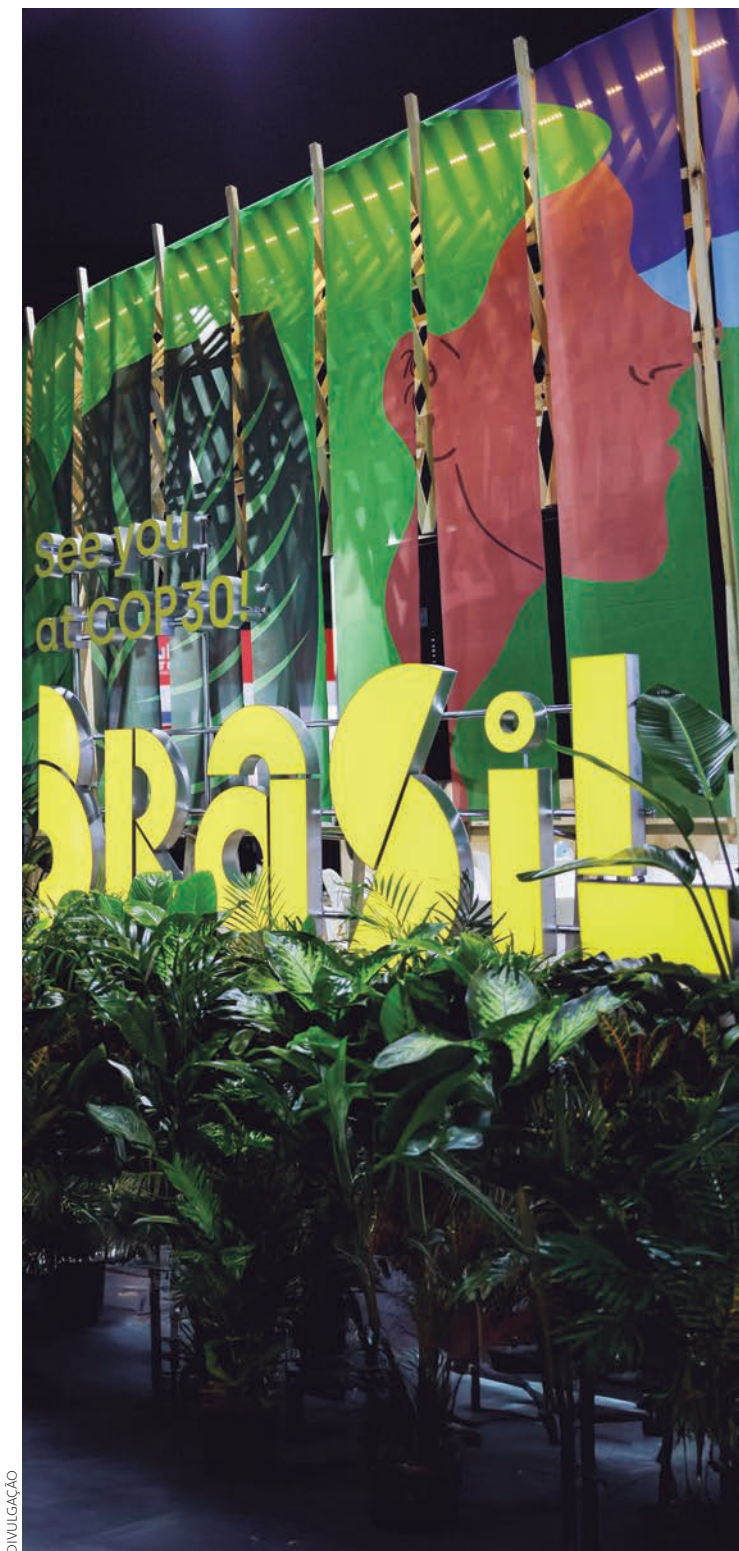
“Mecanismos de proteção de florestas geralmente pagam comunidades, proprietários ou governos pelo desmatamento evitado”

atividade promove a sustentabilidade e a transição para uma economia verde. A ferramenta é importante porque orienta investidores e empresas na escolha de investimentos que realmente beneficiem o planeta e a sociedade, reduzindo os riscos do chamado “greenwashing” – prática em que empresas alegam adotar medidas sustentáveis, mas não as implementam de fato. *(Confira o link no QRCode ao final da matéria)*

FUNDO FLORESTAS TROPICAIS PARA SEMPRE

O TFFF é um mecanismo financeiro que visa contribuir para a conservação de florestas tropicais e subtropicais úmidas de países em desenvolvimento. Ao todo, há 1,2 bilhão de hectares dessas áreas verdes distribuídas por 76 países — concentradas, em grande parte,

na Amazônia, na Bacia do Congo e no Sudeste Asiático. O objetivo do TFFF é recompensar países que já estão controlando seus níveis de desmatamento, mas continuam precisando investir para manter as florestas em pé. Além do governo brasileiro, diversas outras entidades estiveram envolvidas no desenvolvimento da iniciativa, cujo lançamento está previsto para a cúpula climática COP30, em Belém, em novembro. Mecanismos de proteção de florestas geralmente pagam comunidades, proprietários ou governos pelo desmatamento evitado, a partir do cálculo do carbono que deixa de ser lançado à atmosfera com as árvores de pé. Pela lógica, um país que alcançasse o desmatamento zero deixaria de lucrar com a preservação, porque pararia de reduzir suas emissões. O TFFF servirá para suprir essa lacuna ao continuar remunerando as nações por manterem as florestas preservadas. Os países com florestas tropicais que mantiverem ou reduzirem o desmatamento poderão receber pagamentos anuais de US\$ 4 por hectare de floresta preservada. Por outro lado, eles perderão entre US\$ 400 e US\$ 800 por hectare de área desmatada e US\$ 100 por hectare de área degradada a cada ano. Esses descontos podem incentivar os países a continuar avançando rumo ao desmatamento zero e mantendo suas taxas baixas. Outro diferencial será usar a área de floresta preservada — e não os estoques de carbono — nos cálculos do fundo. Isso porque somar esses estoques de todos os países tropicais, como



ocorre em vários mecanismos, seria uma tarefa complexa e cara, enquanto o monitoramento florestal por satélites é mais simples e acessível.

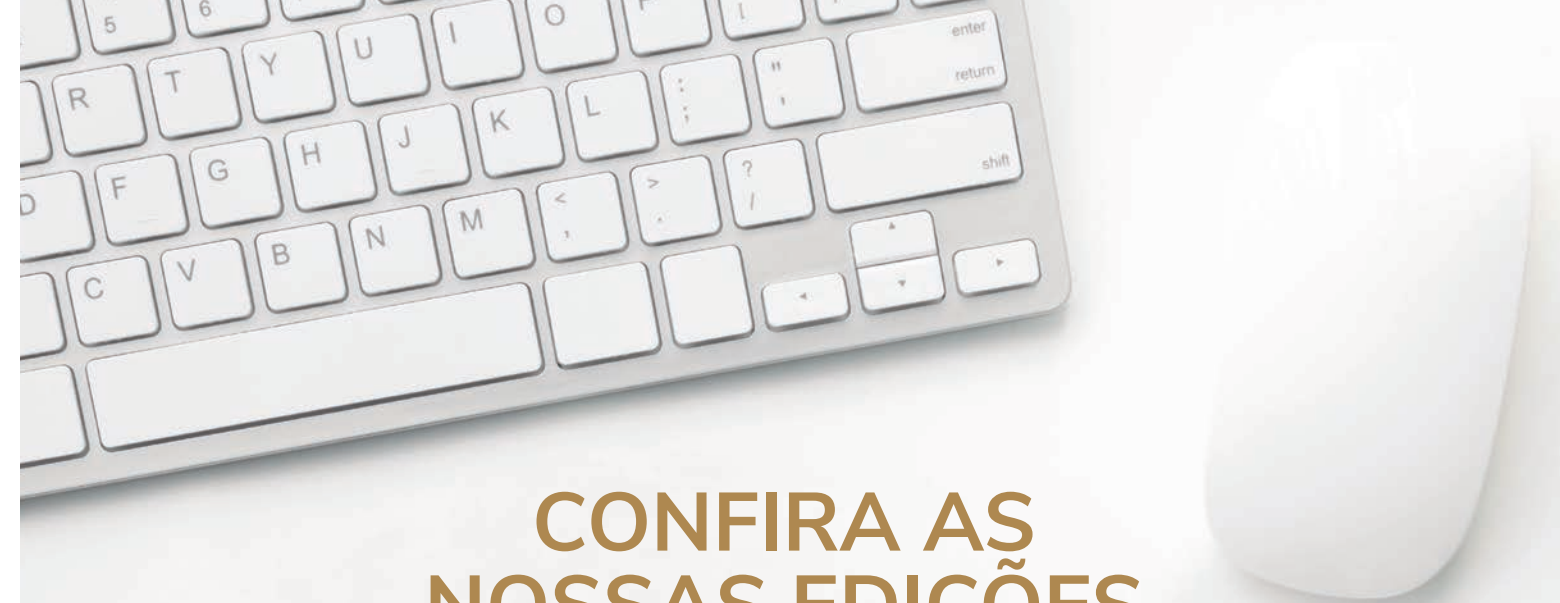
Em junho de 2025, durante a Semana de Ação Climática em Londres, o TFFF avançou de forma estratégica. Por meio de uma série de painéis de alto nível, reuniões bilaterais e anúncios colaborativos, o TFFF fortaleceu suas parcerias globais. Países que podem ser apoiadores do TFFF – como Reino Unido, Noruega e Emirados Árabes Unidos – e nações detentoras de florestas tropicais potencialmente elegíveis para receber pagamentos por área conservada – como Colômbia, Peru, República Democrática do Congo, Indonésia e Gana – expressaram publicamente interesse e apoio à iniciativa. O TFFF também já recebeu apoio do setor privado – incluindo da Pimco (uma das maiores gestoras de títulos do mundo), Bank of America e Barclays –, organizações da sociedade civil e instituições multilaterais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em julho, durante a cúpula do BRICS realizada no Rio de Janeiro, os líderes do grupo expressaram apoio ao TFFF: “Saúdamos os planos para lançar o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) em Belém, na COP30, e o reconhecemos como um mecanismo inovador concebido para mobilizar financiamento de longo prazo, baseado em resultados, para a conservação de florestas tropicais. Encorajamos potenciais países doadores a anunciarem contribuições ambiciosas, de

modo a garantir a capitalização do fundo e sua operacionalização em tempo hábil”, diz a Declaração do Rio de Janeiro, firmada pelos chefes de Estado e governo. Na Declaração-Marco dos Líderes do BRICS sobre Finanças Climáticas, pontuou que o TFFF “tem potencial de ser um instrumento promissor de finanças mistas, capaz de gerar fluxos de financiamento previsíveis e de longo prazo para a conservação de florestas em pé”. A COP30 em Belém será uma oportunidade única para concretizar a iniciativa e ser um instrumento de real transformação: Se o TFFF for capaz de mobilizar investimentos na escala pretendida, de US\$ 125 bilhões, pode ser a maior fonte de recursos para a proteção de florestas que já vimos em toda a história. 🟢

**Confira os documentos
da NDC na íntegra:**



**Confira a
ferramenta
da Taxonomia
Sustentável
Brasileira:**



CONFIRA AS NOSSAS EDIÇÕES

nas principais bancas digitais, no aplicativo da
The Winners Prime Leaders Magazine e VIDI e em nossos sites



GCSM[®]
NETWORK



gcsm.network

Iperó se prepara para ter o maior centro de tecnologia nuclear em saúde

Com investimento de R\$ 6 bilhões, reator nuclear será construído na região e deverá auxiliar brasileiros a conseguirem melhores remédios para o tratamento de câncer e outras doenças



Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, descerra a placa de inauguração do início das obras de infraestrutura do Empreendimento RMB

O maior centro de tecnologia nuclear do Brasil será em Iperó, município da Região Metropolitana de Sorocaba. O Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), quan-

do definitivamente implantado, trará a expectativa de se consolidar como um marco de sustentabilidade, inovação científica e tecnológica e desenvolvimento de aplicações nucleares para a sociedade, além do avanço do país na construção de uma infraestrutura nuclear de ponta, fortalecendo a autonomia, a segurança e o progresso tecnológico essencial para o seu desenvolvimento. A decisão foi anunciada em uma solenidade realizada no dia 24 de fevereiro, que marcou o início das obras de infraestrutura do RMB que contou, inclusive, com a presença da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Francisco Rondinelli Junior e os coordenadores técnicos do projeto, José Augusto Perrotta e Patricia Pagetti. O investimento no projeto pode variar entre R\$ 3 bilhões a R\$ 6 bilhões. As obras estão previstas para serem concluídas em até cinco anos, o que vai gerar cerca de mil vagas de emprego para os setores dos prédios e laboratórios da unidade.

O RMB terá diversas finalidades, entre elas, a produção de radioisótopos para uso na medicina e na indústria;

“O Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), quando definitivamente implantado, trará a expectativa de se consolidar como um marco de sustentabilidade, inovação científica e tecnológica e desenvolvimento de aplicações nucleares para a sociedade”

teste de materiais e combustíveis nucleares para reatores de potência; utilização de feixe de nêutrons para pesquisa científica e tecnológica em diferentes campos da ciência; análise por ativação neutrônica; produção de traçadores para aplicação em pesquisas na agricultura e meio ambiente; formação na área nuclear e treinamento de pessoal para operação e manutenção de reatores de potência. O projeto do MCTI conta com a colaboração de diversas instituições, incluindo a Fundação Patria (Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências), Amazul, Intertechne, Walm, Tractebel e Schunck, além da Invap da Argentina.

O RMB será construído em Iperó, junto ao Centro Experimental de Aramar, onde já é desenvolvido o protótipo do submarino nuclear brasileiro. Somado a Aramar, o reator fará com que o município da região de Sorocaba se torne o maior polo de desenvolvimento de tecnologia nuclear do país. Além do reator e toda a infraestrutura, futuramente, serão construídos em Aramar laboratórios para estudo de fusão nuclear, aceleradores de partículas, lasers de alta potência e ainda laboratórios para o desenvolvimento e produção de radiofármacos.

OS BENEFÍCIOS PARA A MEDICINA

Os radiofármacos possibilitam aos médicos verem o funcionamento de órgãos e tecidos vivos por meio de ima-



A solenidade que contou com a participação da Ministra aconteceu no dia 24 de fevereiro, marcando o início das obras, que serão concluídas em 5 anos

“Anualmente, no Brasil, são realizados cerca de 2 milhões de procedimentos médicos usando radiofármacos, sendo somente o Sistema Único de Saúde (SUS) correspondendo a 30% da utilização nacional”

gens como as tomografias, radiografias e cintilografias. A tecnologia está presente em diversas áreas médicas como a cardiologia, oncologia, hematologia e neurologia. Com ela, é possível realizar diagnósticos precisos de doenças e complicações como embolia pulmonar, infecções agudas, infarto do miocárdio, obstruções renais, demências, além de ser uma das melhores formas de detectar câncer. Anualmente, no Brasil, são realizados cerca de 2 milhões de procedimentos médicos usando radiofármacos, sendo somente o Sistema Único de Saúde (SUS) correspondendo a 30% da utilização nacional. Isso representa um terço das necessidades e ocasiona um gasto de milhões de dólares com a importação dos radioisótopos necessários para a produção dos radiofármacos. Com o RMB, o país atingi-



Além da Ministra, também estiveram presentes, Sérgio Cruz, Secretário-Executivo Adjunto; Rubens Diniz, Chefe de Gabinete da Ministra e o Presidente da CNEN, Sr. Francisco Rondinelli Junior e equipe

rá a autossuficiência no setor gerando uma significativa economia de divisas. Além disso, o excedente da produção poderá ser exportado, já que existem poucos reatores deste porte no mundo, enquanto a demanda por radioisótopos cresce continuamente. Assim, o Brasil poderá se tornar um centro de referência em medicina nuclear, atraindo investimentos das áreas de saúde, ensino e pesquisa. Pesquisadores, estudantes e profissionais de diferentes áreas deverão buscar oportunidades de participar das atividades do RMB o

que, naturalmente, promoverá a formação de uma geração de mão de obra especializada para a área nuclear. O reator deve facilitar o desenvolvimento de radiofármacos, ampliando as possibilidades de tratamento de um maior número de doenças para uma quantidade maior de pessoas e a um custo cada vez menor, pois desde 2009, o Brasil vive com dificuldades de abastecimento do radioisótopo, desde que o reator canadense responsável por 40% da produção mundial e por toda a demanda brasileira parou de funcionar.



DIVULGAÇÃO

Gabriela Borsatto, Coordenadora Geral de Aplicações das Radiações Ionizantes e Responsável pela Coordenação da Gestão do RMB, falou com exclusividade à VIDÍ sobre o tema:

VIDÍ – Com o maior centro de tecnologia nuclear do Brasil sendo construído em Iperó, para o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), o Brasil poderá ter uma grande conquista científica e mudar os atuais números da saúde e da economia do país. Poderia nos contar mais sobre os benefícios do RMB?

Gabriela Borsatto – O Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) será um divisor de águas para a medicina nuclear no Brasil. Hoje, mais de dois milhões de exames por ano dependem de radiofármacos derivados do Molibdênio-99, um insumo essencial para o

diagnóstico de doenças como câncer, problemas cardíacos e distúrbios neurológicos. Atualmente, o Brasil depende da importação desse radioisótopo, o que gera riscos de desabastecimento e instabilidade no atendimento à população — como ficou evidente durante a pandemia de COVID-19 e em crises geopolíticas recentes. Com o RMB, o país conquistará autossuficiência na produção de Mo-99 e de outros radioisótopos usados em diagnóstico e terapia. Isso garantirá segurança, continuidade e autonomia para a medicina nuclear brasileira, beneficiando diretamente pacientes do SUS e da rede privada em todo o território nacional. Além da produção dos insumos, o RMB permitirá o desenvolvimento de novos radiofármacos para diagnóstico mais preciso e tratamentos inovadores, fortalecendo o complexo econômico-industrial da saúde. O projeto também impulsionará a capacitação de profissionais e a infraestrutura tecnológica necessária para um sistema de saúde mais moderno, seguro e acessível. Ao viabilizar a produção nacional em escala e com qualidade internacional, o RMB reduzirá custos, eliminará dependências externas e ampliará o acesso da população a exames e terapias que salvam vidas. Trata-se de uma conquista histórica, com profundo impacto no cuidado com a saúde dos brasileiros.

VIDÍ – E qual a expectativa do uso do urânio para o futuro?

GB – O Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) é um reator de pesquisa,

e não um reator de potência. Isso significa que ele não será utilizado para gerar eletricidade, mas sim para fins científicos, médicos e industriais. O uso do urânio no RMB é restrito à fabricação do combustível nuclear necessário para o funcionamento do próprio reator, em quantidade controlada e com fins exclusivamente pacíficos. Esse combustível é produzido no IPEN/CNEN, com urânio levemente enriquecido (abaixo de 20%), seguindo padrões internacionais de segurança e não proliferativos. O RMB tem como objetivo principal a produção de radioisótopos para uso na medicina nuclear, a realização de pesquisas científicas com feixes de nêutrons e a qualificação de materiais. Toda sua operação é regulada por normas rigorosas e fiscalizada por autoridades competentes.

VIDÍ – O urânio tem um papel importante na geração de energia limpa no Brasil – em comparação com fontes como o carvão –, mas sua exploração e uso acabam trazendo preocupações sobre riscos ambientais e sociais, principalmente para os moradores da região do interior de São Paulo, onde o urânio é bastante rico. Como os estudos estão sendo realizados de forma que esse quesito também seja atendido?

GB – O Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) é um reator de pesquisa, e não um reator de potência. Isso significa que ele não será utilizado para geração de energia elétrica, e tampouco está associado à qualquer tipo de exploração de urânio na região do

interior de São Paulo. O combustível que será utilizado no RMB vem sendo fabricado no IPEN/CNEN, em São Paulo, com urânio levemente enriquecido (inferior a 20%), em pequenas quantidades, sob controle estrito e de acordo com normas internacionais de segurança. O projeto não demanda mineração local de urânio, e sua operação será realizada com todas as licenças ambientais e nucleares exigidas pelos órgãos competentes, como o IBAMA e a CNEN. Além disso, o sítio onde será construído o RMB em Iperó já possui Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, após rigorosos estudos ambientais, incluindo a execução de Programas de Gestão e Monitoramento Ambiental para garantir o mínimo impacto à região. 🌱

“ O Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) é um reator de pesquisa, e não um reator de potência.

Isso significa que ele não será utilizado para gerar eletricidade, mas sim para fins científicos, médicos e industriais”



PREMIUM FREEPIK

O marco regulatório do Mercado de Carbono no Brasil

O ordenamento jurídico brasileiro alcançou um marco significativo na sua política de enfrentamento às mudanças climáticas com a instituição do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), consistente na Lei nº 15.042/2024. O diploma legal se consolida como o arcabouço normativo para o mercado de transações de crédito de carbono no país, sendo a aposta para redução expressiva das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), compromisso assumido pelo Brasil ao assinar o Acordo de Paris na COP 21, em 2015. A Lei nº 15.042/2024 representa o esforço do legislador brasileiro em promover

segurança jurídica e previsibilidade para as transações de créditos de carbono, alinhando nosso país às tendências regulatórias internacionais, como o *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM), da União Europeia. A legislação brasileira estabelece uma distinção fundamental ao segmentar o mercado em duas esferas principais: o mercado regulado e o mercado voluntário. O primeiro é vinculativo para empresas e instituições que emitem anualmente mais de dez mil toneladas de dióxido de carbono. Quanto ao segundo mercado, o qual já existia por base em iniciativas privadas e pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) (Lei nº 12.187/2009), caracteriza-se pela adesão espontânea daqueles que buscam compensar

suas emissões por meio da aquisição de créditos de carbono. Desta maneira, o recente diploma legal confere maior clareza sobre os instrumentos, ativos e a metodologia de medição, buscando mitigar riscos e aumentar a credibilidade dos créditos brasileiros.

Um ponto de destaque da nova lei é o artigo 14 que estabelece que os ativos integrantes do SBCE e os créditos de carbono, quando negociados em mercado organizado, são considerados valores mobiliários. Desta forma, é de competência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regulamentar e fiscalizar a negociação desses ativos. A



DIVULGAÇÃO

****GUSTAVO FERREIRA MORICI -**
Advogado especialista em Direito Processual, pós-graduando em Direito da Mineração e integrante do Bernardo Bicalho Advogados, escritório especializado em Direito Minerário e Direito Empresarial



DIVULGAÇÃO

***BERNARDO BICALHO DE ALVARENGA MENDES -**
Administrador de Empresas com ênfase em Comércio Exterior, Advogado especializado em Direito Minerário, com atuação em mineradoras como ArcelorMittal, Vale, Gerdau e Samarco. Sócio de Bernardo Bicalho Advogados / bernardo@bernardobicalho.com.br

tratativa dos créditos de carbono sob esta ótica visa garantir a transparência, a integridade e a rastreabilidade das transações, elementos fundamentais para a confiança do investidor e para a eficácia do mecanismo de precificação. Desta forma, o marco regulatório nacional consolida-se de maneira ambiciosa e com um forte viés de regulamentação financeira capaz de posicionar o Brasil como integrante relevante na economia de baixo carbono. Sua eficácia, contudo, dependerá da celeridade e da precisão das futuras regulamentações infralegais, que serão editadas pelos órgãos competentes. 🟢

Quais são os principais nomes da COP30?

*O maior evento climático e ambiental do planeta
sempre reúne nomes do mundo todo, mas você
sabe quem serão as personalidades fundamentais
que serão estratégicas para o evento no Pará?*

A COP 30, oficialmente chamada de 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, é um dos eventos mais relevantes do mundo no debate sobre o enfrentamento da crise climática. O nome “COP” vem da sigla em inglês “Conference of the Parties”, que em português significa “Conferência das Partes”. Trata-se de uma reunião anual que faz parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), firmada durante a Rio-92. Essa conferência é um espaço onde líderes de quase 200 países, cientistas, empresários, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil se reúnem para discutir e definir estratégias globais de combate às mudanças climáticas. O principal objetivo da COP 30 é avançar nas negociações climáticas internacionais, monitorar o cumprimento do Acordo de Paris e estabelecer metas cada vez mais ambiciosas para conter

“Pela primeira vez, temas como financiamento climático, reforma dos bancos multilaterais e mobilização de recursos financeiros para a transição verde ganham protagonismo”

o aquecimento global. Mas a COP30 vai muito além de acordos ambientais. Esta edição traz um componente econômico e fiscal inédito e de extrema relevância. Pela primeira vez, temas como financiamento climático, reforma dos bancos multilaterais e mobilização de recursos financeiros para a transição verde ganham protagonismo. Isso porque ficou claro que não é possível enfrentar a crise climática sem transformar também os modelos econômicos e fiscais atuais.

Este encontro tem uma importância histórica, especialmente porque será realizado em Belém, no estado do Pará, Brasil, dentro da própria Amazônia — um dos biomas mais estratégicos para o equilíbrio climático global. Discutir mudanças climáticas na Amazônia não é apenas simbólico, mas essencial. É levar o debate para o coração da maior floresta tropical do planeta, diretamente impactada pela crise ambiental e, ao mesmo tempo, fundamental na solução dela. Para o Brasil, a COP 30 representa uma oportunidade única de assumir protagonismo nas negociações climáticas globais, mostrando avanços em áreas como energias limpas, preservação florestal, agricultura de baixo carbono e inovação tecnológica. Além disso, o evento reforça o compromisso do país com acordos internacionais e amplia sua influência diplomática em temas ambientais, especialmente no que se refere à Amazônia. Mas quem são as pessoas mais importantes do evento e que são parte fundamental e estratégica para que os acordos e decisões entre os países, aconteçam?

OS 4 PRINCIPAIS NOMES DA COP30:

Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, Presidente-Designado da COP30

Função: Como presidente-designado, ele coordena toda a conferência, estabelecendo agendas e prioridades. É o principal porta-voz do Brasil junto à ONU/UNFCCC e supervisiona as negociações, tanto formais quanto informais. Tem histórico de diplomacia climática, incluindo atuação como negociador-chefe nas COPs em 2011–2013 e atualmente é Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente no Itamaraty.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



Ana Toni, Diretora-executiva (CEO) da COP30

Função: Ela lidera a coordenação estratégica, operacional e política do evento, trabalhando ao lado do presidente da conferência. Está à frente de iniciativas como o “Balanço Ético Global”, mobilização de metas e financiamento climático, e articulações globais para fortalecer o papel da América Latina nas negociações. Desde 2023, é a Secretária Nacional de Mudança do Clima no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil.



RAFA NEDDERMEYER

Dan Ioschpe, Campeão Climático de Alto Nível

Função: Atua como elo entre chefes de Estado, governos, setor privado e sociedade civil. Seu foco é mobilizar compromissos voluntários do setor empresarial e transformar decisões da COP em ações concretas. Sua missão será traduzir planos climáticos em iniciativas reais, reforçar diálogo com setor privado, governos subnacionais e comunidades, alinhado ao Global Stocktake de Paris. Empresário de destaque, presidente da IoschpeMaxion, membro de conselhos da Embraer, WEG

e Marcopolo, vice-presidente da FIESP e ex-líder do B20 no G20 de 2024.

Dan é o Campeão de Alto Nível da COP30. Os Campeões de Alto Nível foram criados em 2015, na COP21, e seus mandatos duram dois anos. Portanto, sempre há dois Campeões do Clima atuando simultaneamente – um da presidência atual da COP anterior e outro da presidência futura da COP em curso. As atividades dos Campeões focam em apoiar a Presidência da COP para facilitar o diálogo e o engajamento de diferentes sectores da sociedade, por meio do fortalecimento de contribuições voluntárias e novas iniciativas e coalizões. Anualmente, os Campeões realizam um evento de alto nível com o Secretário Executivo da ONU para a Mudança do Clima e a presidência atual e a presidência futura da COP.

“Os Campeões de Alto Nível foram criados em 2015, na COP21, e seus mandatos duram dois anos. Portanto, sempre há dois Campeões do Clima atuando simultaneamente”

MARCOS CORRÊA | PR



Ricardo Mussa, Chair do SB COP30 (Cúpula de Negócios da COP30, SB COP)

Função: Lidera a mobilização do setor industrial e empresarial dentro da conferência. Como presidente da SB COP, representa a Confederação Nacional da Indústria (CNI), articulando recomendações e ações do setor privado para apoiar o processo climático. Engenheiro industrial, é CEO da Raízen, com carreira de mais de 10 anos na Unilever e forte atuação internacional em negócios

ENVIADOS ESPECIAIS

A presidência da COP30 também criou a figura dos “enviados especiais” para mobilizar atores que não são partes formais das Conferência do Clima da ONU, mas que são importantes para implementar as decisões, como empresas e sociedade civil. Eles vão apoiar a liderança da COP no Brasil no engajamento e na escuta de setores e regiões prioritárias para a conferência. A ideia é que eles funcionem como canal direto para apresentar demandas para a presidência da COP30. Serão 10 enviados para regiões estratégicas (oito deles são estrangeiros) e 20 enviados para setores-

-chave (todos brasileiros). “Os enviados funcionarão como caixas de ressonância de setores e de geografias, verdadeiros canais e facilitadores do fluxo de informações e de percepções de suas respectivas áreas”, disse o presidente da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago. Nos enviados regionais, temos:

🌱 **Adnan Amin (Oriente Médio)** - Diplomata queniano e economista, atuou como primeiro Diretor-Geral da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA). Foi CEO da COP28 nos Emirados Árabes.



🌿 **Arunabha Ghosh (Sul da Ásia)** - Copreside o Conselho Global do Fórum Econômico Mundial sobre o Nexo Energético e serve como Vice-Presidente do Comitê da ONU para Políticas de Desenvolvimento.

🌿 **Carlos Lopes (África)** - Economista e professor da Escola de Governança Pública Nelson Mandela. Preside o conselho da Fundação Africana para o Clima e é professor visitante na Sciences Po Paris.

🌿 **Denis Minev (Setor Privado Amazônico)** - Economista e CEO da Bemol e investidor em projetos sustentáveis na Amazônia. Foi secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

do Amazonas e cofundador da Fundação Amazonas Sustentável.

🌿 **Jacinda Ardern (Oceania)** - Ex-primeira-ministra da Nova Zelândia (2017-2023) reconhecida por políticas progressistas. É Patrona da Fundação Christchurch Call, focando na eliminação de conteúdo terrorista e extremista online, e curadora do Prêmio Earthshot, apoiando soluções ambientais inovadoras.

🌿 **Joaquim Belo (Sociedade Civil Amazônica)** - Líder extrativista, tem longa trajetória na defesa das comunidades tradicionais da Amazônia, com participação ativa em conselhos e comitês ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

🌿 **Jonathan Pershing (América do Norte)** - Diretor de Meio Ambiente da Fundação William e Flora Hewlett. Participa das negociações climáticas da ONU desde 1990 e fez parte da equipe do IPCC premiada com o Nobel da Paz em 2007.

🌿 **Laurence Tubiana (Europa)** - CEO da Fundação Europeia para o Clima e uma das principais arquitetas do Acordo de Paris, onde atuou como Embaixadora para Mudanças Climáticas da França e Representante Especial para a COP21.

🌿 **Patricia Espinosa (América Latina)** - Diplomata mexicana com mais de 35 anos de experiência em

relações internacionais. Atuou como Secretária de Relações Exteriores do México (2006-2012) e como Secretária Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (2016-2022), onde liderou a implementação do Acordo de Paris.

🌿 **Xie Zhenhua (Leste Asiático)** - Representante chave da China para questões climáticas. Desempenhou papel central nas negociações climáticas globais, incluindo o Acordo de Paris e a diplomacia climática entre EUA e China. Hoje preside o Instituto de Clima Califórnia-China e lidera o Fundo Zhenhua para a transição verde e desenvolvimento sustentável.

JÁ ENTRE OS ENVIADOS SETORIAIS ESTÃO:

🌿 **André Guimarães (Sociedade Civil)** - Agrônomo, é diretor executivo do IPAM desde 2015. Foi coordenador de Relações com o Setor Privado no Banco Mundial no programa Piloto das Florestas Tropicais. Dirigiu também a A2R Fundos Ambientais, o Instituto IBio (BioAtlântica) e o Imazon.

🌿 **Beto Veríssimo (Florestas)** - Engenheiro agrônomo, é diretor do Centro de Empreendedorismo da Amazônia e do Índice de Progresso Social do Brasil (IPS Brasil). Atua na promoção do desenvolvimento sustentável da região e coordena o projeto Amazônia 2030.

🌿 **Clemente Ganz (Sindicatos)** - Sociólogo, é coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDESS) e do Conselho Deliberativo da Oxfam Brasil.

🌿 **Denise Dora (Direitos Humanos)** - Advogada de direitos humanos, é conselheira do Namati, Anistia Internacional e do Instituto Ibirapitanga. Cofundadora e diretora da Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos (1993-1999). Foi Diretora Regional do Artigo 19.

🌿 **Elbia Gannoum (Energia)** - Economista, é presidente da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias) e vice-chair do Glo-

bal Wind Energy Council. Cofundou a plataforma "Energia da Transformação". Reconhecida com o Prêmio CEE Woman of Distinction 2019.

🌿 **Ethel Maciel (Saúde)** - Epidemiologista e enfermeira, é professora da Universidade Federal do Espírito Santo. Foi secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (2023-2025). Preside o grupo Técnico Assessor da Organização Mundial da Saúde sobre tuberculose.

🌿 **Frederico Assis (Integridade da informação)** - Presidente do conselho da EBC, integrou a Assessoria Especial da Presidência da República, onde atuou no enfrentamento à desinformação. Tem experiência em inteligência política para sustentabilidade, comunicação estratégica e gestão de crise.

🌿 **Janja Lula da Silva (Mulheres)** - Socióloga, é casada com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Coordenou Programas de Responsabilidade Socioambiental da Hidrelétrica Itaipu e tem atuado na defesa dos direitos das mulheres e na promoção da equidade de gênero.

🌿 **Jurema Werneck (Igualdade racial e periferias)** - Médica, é Diretora Executiva da Anistia Internacional Brasil desde 2017. Cofundadora de Criola, organização de mulheres negras, e da

Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. É referência em direitos humanos, igualdade racial e de gênero, e saúde da população negra.

🌿 **Maguy Etlin (Cultura e indústria criativa)** - Empresária e curadora, é cofundadora da BlastU, plataforma de inovação e cultura digital. É vice-presidente da Fundação Bienal de São Paulo.

🌿 **Marcelo Behar (Bioeconomia)** - Advogado, foi nos últimos 15 anos executivo C-Level de empresas como CSN e Natura. Hoje, é o Senior Advisor do WBCSD e do CEBDS para a COP30 e coordena o Fórum de Governança Climática da FGV-SP.

🌿 **Marcello Brito (Governos subnacionais amazônicos)** - Engenheiro de alimentos, é secretário-executivo do Consórcio Amazônia Legal. Atua há mais de 30 anos no agronegócio e na Amazônia. Presidiu a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e foi co-facilitador da Coalizão Brasil, Clima, Floresta e Agricultura.

🌿 **Marina Grossi (Empresas)** - Economista, é presidente do CEBDS e atua há mais de 25 anos com mudança do clima e finanças sustentáveis. Representou o Brasil nas negociações climáticas da ONU (1997-2001) e coordenou o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.



🌿 **Marinez Scherer (Oceanos)** - Bióloga e doutora em Ciências Marinhas, coordenadora do Laboratório de Gestão Costeira Integrada e professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como ponto focal do Brasil e co-chair do Grupo de Trabalho em Planejamento e Gestão Sustentável do Oceano da COI/UNESCO.

🌿 **Maya Gabeira (Esportes)** - Surfista de ondas gigantes e ativista ambiental. Foi nomeada Campeã da UNESCO para o Oceano e a Juventude em 2022. Faz parte do Conselho Diretor da Oceana, maior ONG mundial focada na conservação dos oceanos.

🌿 **Paulo Petersen (Agricultura Familiar)** - Agrônomo, integra o núcleo executivo da Articulação Nacional de

Agroecologia (ANA) e a diretoria da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). É conselheiro da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

🌿 **Philip Yang (Soluções Urbanas)** - Empreendedor e ativista urbano, é fundador do Instituto URBEM, dedicado ao desenvolvimento de projetos urbanos sustentáveis, e Senior Fellow do CEBRI. Foi diplomata do Itamaraty entre 1992 e 2002.

🌿 **Roberto Rodrigues (Agricultura)** - Engenheiro, foi Ministro da Agricultura (2003–2006) e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. É Embaixador Especial da FAO para o cooperativismo, além de membro de conselhos ligados ao agronegócio e à sustentabilidade.

🌿 **Sérgio Xavier (Fórum Brasileiro de Mudança do Clima)** - Jornalista, é coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima desde 2023. Foi secretário de Meio Ambiente de Pernambuco (2011–2017), onde liderou iniciativas como o primeiro Plano Estadual de Mudanças Climáticas e o programa Noronha Carbono Neutro.

🌿 **Sinéia do Vale (Povos indígenas)** - Líder Indígena Wapichana da Terra Indígena Serra da Lua (RR), é gestora ambiental. Coordena o Departamento de Gestão Territorial, Ambiental e de Mudanças Climáticas do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e, desde 2024, é copresidente do Caucus Indígena da UNFCCC. 🌱

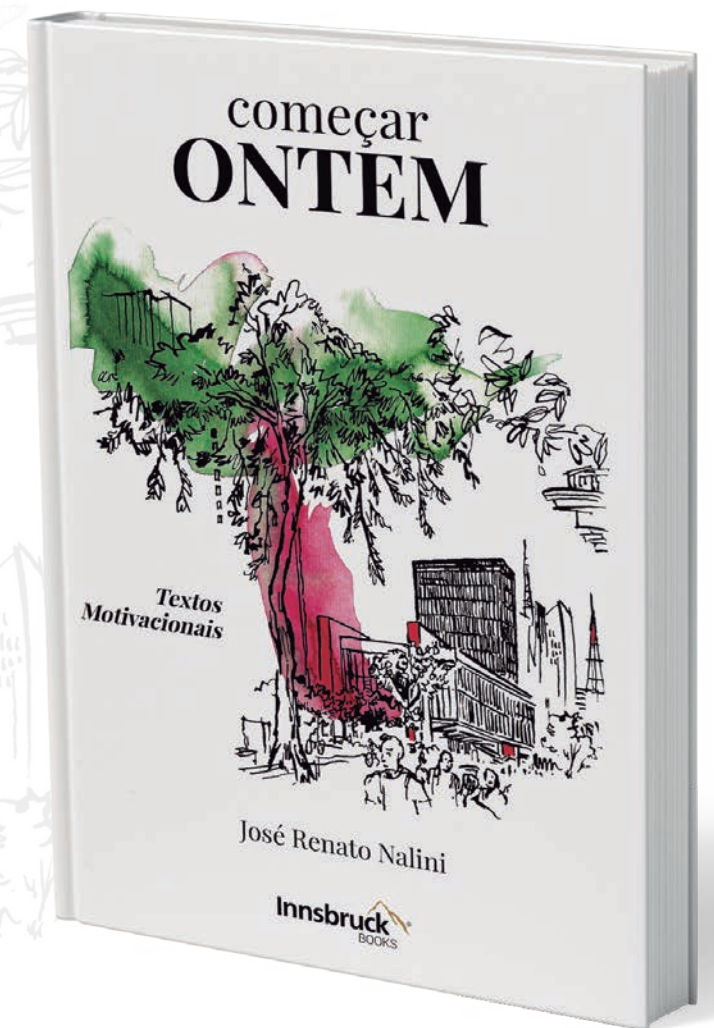
começar ONTEM

Textos Motivacionais

O QUE TORNA UMA DECISÃO SUSTENTÁVEL INADIÁVEL?

É a consciência que desperta.
É a ação que transforma.
É o legado que conecta gerações.

José Renato Nalini



Em **COMEÇAR ONTEM**, o jurista José Renato Nalini mostra como cidades, especialmente São Paulo, podem liderar a transição para um modelo sustentável. Entre políticas inovadoras e ações concretas — como a preservação de 32 áreas de utilidade pública —, o livro evidencia que decisões locais impactam a agenda global. A obra também traz textos motivacionais que inspiram esperança e engajamento, reforçando que adiar decisões sustentáveis não é mais opção.



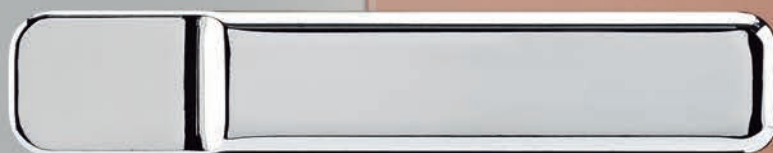
Um lançamento da **Innsbruck Books**.
Disponível para compra em
www.innsbruckbooks.com.br

Innsbruck
BOOKS

PADO

11
anos
de garantia

Fechadura
tipo



Sem exageros, mas
com proteção de sobra.

Disponível nas aplicações:



EXTERNA



INTERNA



BANHEIRO

 /padobr

 @padobr

www.pado.com.br